



Documento de Trabalho

Observador Rural

**ALGUMAS DINÂMICAS ESTRUTURAIS DO
SECTOR AGRÁRIO**

João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dada

**Nº 4
Março de 2013**

O documento de trabalho *OBSEVADOR RURAL* é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional, individual e gratuita.

Também pode aceder-se ao *OBSEVADOR RURAL* no *site* do OMR: www.omrmz.org

Os objectivos do *OBSEVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais, com ênfase para o meio rural.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o OMR.

O *OBSEVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores, e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros

ALGUMAS DINÂMICAS ESTRUTURAIS DO SECTOR AGRÁRIO

João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dada¹

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contexto

O meio rural tem sido palco de grandes investimentos externos, sobretudo na exploração de recursos naturais (mineração e florestas). Estão acontecendo novas dinâmicas na economia rural e, em particular, nas actividades de pequena escala que se traduzem no aumento de actividades - comércio informal, emprego, migração, recursos provenientes da extracção de pequena escala de recursos naturais (sobretudo da floresta – carvão, lenha, estacas, garimpismo, etc.), pequeno transporte de curta distância, entre outras) que, em princípio, concorrem com a produção agrícola e alimentar em particular.

Se as actividades não agrárias e, de entre estas, as produções de exportação (particularmente o tabaco, algodão e açúcar), gerarem maiores rendimentos que a produção agrária alimentar, então pode-se esperar que exista uma transferência dos pequenos produtores para actividades não agrárias e/ou eventuais alterações na composição dos sistemas de produção (peso relativo das culturas, tamanho das explorações e intensificação produtiva).

Estas evoluções podem significar mudanças estruturais a longo prazo que se produzirão em função das dinâmicas próprias do mercado com diferentes níveis de liberdade/regulação ou mesmo intervenção do Estado. Estas alternativas ditarão a natureza e diferentes percursos da economia agrária e rural e das relações entre o rural e o urbano nas próximas décadas. Devido a estas possíveis implicações estruturais de grande importância, este estudo possui os objectivos a seguir mencionados.

Objectivos

Verificar em que medida os rendimentos obtidos na produção de algumas culturas alimentares (considerou-se o milho e o feijão) são suficientes para:

- Adquirir o cabaz de compra mínimo designado por “cesta básica”.
- Cobrir o salário mínimo.
- Verificar e comparar quais os rendimentos por hectare necessários para alcançar os rendimentos da agricultura se equivalessem ao salário e pudessem adquirir a cesta básica.

Para o efeito, confrontam-se os resultados do primeiro objectivo com a evolução do número e tamanho das explorações, com os níveis de escolarização e o género do chefe de família que são indicadores de emigração e dos efeitos da educação na produção e produtividade agrícolas. Este exercício tem por

¹ João Mosca é Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural e professor Catedrático. Director Executivo do OMR e Coordenador do grupo de investigação sobre *Competitividade e Transformações Estruturais do Sector Agrário*, que se realiza no OMR. É docente e investigador na Universidade Politécnica.

Vitor Matavel é licenciado em Economia pela Universidade Politécnica. O ponto 4 deste texto é baseado no trabalho de fim de licenciatura do co-autor.

Yasser Arafat Dada é finalista da licenciatura em Economia e Assistente de Investigação no OMR.

objectivos verificar se existem sinais de transformações estruturais entre 2001 e 2010, tendo como base os dados dos censos agro-pecuários.

1.2 Apresentação

O presente trabalho possui, além da introdução, mais 5 secções. Na segunda secção apresenta-se um breve enquadramento teórico sobre o objecto e objectivos do estudo. Na secção seguinte faz-se a apresentação da metodologia. A quarta secção refere-se ao rendimento da actividade agrícola, comparando com o salário mínimo agrário e com o preço da cesta básica, apresentando os rendimentos críticos produtivos por hectare que permitem cobrir o salário mínimo e a cesta básica. A secção cinco procura analisar a evolução de alguns indicadores estruturais da exploração agrícola que possam contribuir para a explicação das observações obtidas na secção anterior, designadamente o tamanho e o número das explorações, a superfície trabalhada, a escolaridade e o género dos chefes de exploração. Finalmente extraem-se algumas lições de políticas.

A secção quatro é baseada no trabalho de fim de licenciatura de Vitor Matavel que teve como título *Salário, produtividade e rendimentos agrícolas. O caso da província de Manica*. A secção seguinte resulta de uma parte da pesquisa em curso que tem por título *Competitividade e Transformações Estruturais do Sector Agrário* que está em curso no Observatório do Meio Rural.

2. BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Conceitos

Antes do enquadramento teórico apresentam-se alguns conceitos tal como foram considerados neste texto.

- Agricultura e agrário: regra geral os dois conceitos são distintos. A agricultura refere-se geralmente aos assuntos, temas associados com a produção vegetal. O agrário refere-se aos sectores de agricultura, pecuária e silvicultura. A agro-indústria pode ou não estar incluída, assim como a comercialização. É comum que a palavra agricultura seja utilizada como sinónimo de sector agrário. Por exemplo, a designação do Ministério da Agricultura.
- Produtividade ou rendimento por hectare são utilizados como sinónimos. Significam, em ambos os casos, a produção obtida por hectare. Em termos económicos, a produtividade é uma medida que relaciona o *output* obtido com os gastos no factor trabalho. É uma medida de eficiência aplicada especificamente ao trabalho.
- Cesta básica representa o conjunto de produtos considerados como essenciais, em variedade e quantidade, para a alimentação de uma família ou pessoa, considerando uma dieta alimentar mínima (mais adiante está definida a composição da cesta básica).
- Produtores de pequena escala, camponeses e pequenos produtores. Este conceito é muito debatido. Para uma breve resenha veja Mosca (2012). Neste texto utilizam-se como sinónimos.
- Salário mínimo: neste texto foi considerado o valor definido nas negociações entre sindicatos e a CTA (Confederação dos Empresários) em representação dos empresários, considerando o salário anterior e a evolução da inflação e da produtividade. Em termos gerais e de forma simplificada, o salário mínimo é aquele que é suficiente para cobrir as necessidades básicas de bem-estar do trabalhador e que assegure a reprodução biológica, mental e a sua capacidade de trabalho. Existe um amplo e não conclusivo debate, basicamente entre as escolas neoclássicas e as nekeynesianas com contribuições dos institucionalistas e as teorias do bem-estar.
- Salário mínimo e real: o primeiro corresponde ao valor recebido em cada momento e o segundo é um valor comparado entre períodos com a redução (ou o acréscimo) da inflação ou de outro

indicador de actualização que se utilize. O salário real permite comparar o poder aquisitivo ao longo de uma série estatística.

2.2 Enquadramento teórico

Muita literatura com diversos enfoques nas ciências sociais indica que as opções produtivas e de serviços das famílias, enquanto agentes económicos, visam, no caso específico dos pequenos produtores, os objectivos seguintes (sem sequência de importância): (1) assegurar a subsistência alimentar da família; (2) obtenção de rendimentos monetários para aquisição de bens necessários ao agregado familiar; (3) minimização de riscos; (4) assegurar a sustentabilidade e reprodução social da família; (5) garantir o equilíbrio entre tamanho da família com o espaço produtivo, os recursos naturais e o ambiente.

Persiste um grande debate acerca dos determinantes que induzem as famílias nos processos de integração nos mercados em diferentes graus².

As opções variam historicamente observando-se nas economias mais desenvolvidas uma tendência a uma maior integração em processos a longo prazo, não obstante estes serem acompanhados simultaneamente por forças de integração e de resistência, tanto económicas como políticas, sociais e culturais. A integração nos mercados, implica dinâmicas de transformação da estrutura agrária³, das bases produtivas, das relações sociais e políticas no meio rural. As integrações são geralmente acompanhadas de transformação estrutural o que significa:

- Redução das superfícies agrícolas utilizadas totais com concentração da terra (em explorações médias e grandes), compensadas com aumentos mais elásticos das produtividades por hectare assegurando crescentes níveis de oferta.
- Maior capitalização da agricultura.
- Políticas de mercados e preços que assegurem alguma estabilidade nos níveis de rendimento dos produtores mais “capitalizados⁴” e que estes sejam competitivos com outras opções de ocupação da família.
- Para compensar possíveis perdas de trabalho agrícola, em consequência da concentração da terra e do aumento da oferta com menos explorações e menos mão-de-obra, a existência de políticas públicas para incentivar a multiactividade com o surgimento de actividades económicas no meio

² Pode-se considerar como grau de integração da economia de uma família camponesa nos mercados, como a percentagem do total dos rendimentos obtidos fora da exploração agrícola, por um lado, e a percentagem de bens e serviços consumidos que sejam adquiridos nos mercados, por outro. O grau total de integração resultaria da média das duas percentagens. Inclui-se no rendimento das famílias todos os bens e serviços auto consumidos valorizados aos preços de mercado, assim como o factor trabalho é valorizado pelo seu custo de oportunidade, por exemplo o salário mínimo. Alguns textos referem a valorização de bens não tangíveis assim como os aspectos políticos e sociais no âmbito da reprodução das relações sociais e dos sistemas de poder nas comunidades.

Entende-se por custo de oportunidade de um bem, o preço que se obtém por sacrificar uma determinada opção (bem, serviço, emprego, negócio, capital, etc.). Neste caso, o custo de oportunidade do trabalho na exploração familiar seria medido pelos rendimentos obtidos pelo assalariamento (salários líquidos), ou rendimentos obtidos em outras actividades (comércio informal, transportes, negócio de recursos naturais – estacas, lenha, carvão, carne de animais selvagens, piscastes, venda de bebidas, etc.).

³ Alguma literatura define a estrutura agrária com base nas formas de ocupação da terra e sua distribuição social. Outros autores acrescentam a este conceito outras variáveis económicas, como a estrutura e o funcionamento dos mercados, os sistemas (combinações) produtivas, a tecnologia, etc. Autores com maiores ênfases sociológicas chamam à atenção para a importância das relações sociais dentro da família e desta, enquanto membro de uma comunidade/sociedade, nas suas relações de reprodução social, política e de poder nas comunidades.

⁴ Capitalizados no sentido de uma maior relação entre capital e trabalho (tecnologias intensivas em capital ou extensivas em trabalho).

rural que assegurem os níveis de rendimento dos habitantes rurais e reduzam as possibilidades de emigração para as cidades⁵.

Os níveis de integração nos mercados dependem geralmente, dos seguintes factores principais:

- As oportunidades e custos alternativos de obtenção de maior volume de renda (negócios e emprego).
- O rendimento obtido na exploração agrícola, tendo como referência os padrões mínimos de sobrevivência alimentar.
- O desenvolvimento geral do meio rural e níveis de vida conhecidos em cada zona.
- A estabilidade dos mercados de factores (insumos e capital) e de bens de consumo, significando a estabilidade pela segurança de não ruptura (ou escassez) da oferta e baixas variações dos preços (inflação).

Regra geral e na maioria dos casos, é o chefe de família (geralmente o homem) que se assalaria ou que inicia actividades não agrárias, reduzindo parcialmente o factor trabalho da exploração⁶. A chefia da actividade passa a ser desempenhada pela esposa, isto é, poderá acontecer a acentuação da feminização da economia de pequena escala na agricultura. A problemática do assalariamento é complexa, com características e segmentações do mercado de trabalho que merecem considerar-se em cada local. Massingarella, Nhate e Oya (2005) referem-se a estes aspectos, nomeadamente o assalariamento das mulheres em determinadas actividades, diferenças regionais, migrações de curta e longa distância e em grandes empresas e plantações, diversas formas de pagamento e de salários, entre outros aspectos⁷. Low *et al* (2002), afirma: “O salário mínimo é mais aplicado aos trabalhadores ‘permanentes’ (ou efectivos) que trabalham nas empresas do grupo A” Os trabalhadores ‘eventuais’ ou ‘sazonais’ devem receber o equivalente a um salário mínimo por dia, em espécie ou em género”, Low (2002:23). Existem porém muitos casos de não aplicação do salário mínimo sobretudo na agricultura: Segundo os mesmos autores, em 1996/97, “ainda 25% dos trabalhadores agro-pecuários continuavam a receber menos do que o salário mínimo agro-pecuário que foi aplicado entre Outubro de 1995 e Julho de 1996” Quanto menor dimensão tiverem as empresas mais dificuldades têm de pagar os salários legislados. Igualmente, os trabalhadores com menos de 18 anos e mais de 59 anos têm maior probabilidade de receber abaixo do salário mínimo

Além dos aspectos referidos, o acesso à educação (escolarização geral) dos jovens tem duas consequências principais: (1) abandono dos jovens da actividade agrária; e, (2) o aumento da escolarização tem revelado, em várias realidades, que não tem efeitos estatisticamente significativos sobre a produtividade agrária⁸.

⁵ Como por exemplo, o desenvolvimento de actividades de turismo rural, actividades desportivas, eventos gastronómicos, produção agrícola extensiva e biológica (também conhecida como ecológica ou conservacionista), com denominação de origem e marcas registadas, conservação ambiental e produção florestal, entre outras. Estas novas ofertas do meio rural correspondem ou incentivam a sua própria procura, sobretudo de segmentos populacionais de maior renda, sobretudo do meio urbano), que são cada vez mais exigentes em bens e serviços de qualidade.

⁶ Existe um grande debate se a redução da mão-de-obra diminui os níveis de produção total e a utilização do trabalho devem situar-se no máximo técnico (onde a produtividade marginal é igual a zero). Para isso acontecer o trabalho deve estar sendo utilizado plenamente.

⁷ Numa perspectiva macro, Jones e Tarp (2013), referem-se ao emprego, geração de trabalho e bem-estar em Moçambique.

⁸ Podem existir várias explicações para estas constatações: (1) os jovens escolarizados procuram outras actividades ou emigram; (2) o ensino geral não atribui competências específicas para a actividade agrária nem existem escolas profissionais e institutos médios técnicos (apenas recentemente o ensino técnico-profissional começa a ser reactivado em Moçambique após a sua quase paralisia depois da independência). Sobre este assunto veja Uaiene (2006 e 2009). As teses de mestrado de Francisco Delfina (2012) e Nascimento Kaponde (2012) obtêm resultados similares para os pequenos produtores de café de Amboim, Angola.

Considerando os parágrafos anteriores, a implantação de grandes investimentos no meio rural poderá implicar os seguintes efeitos sobre a exploração de pequena escala:

- Redução da mão-de-obra por superfície e exploração, por assalariamento de um ou mais membros do agregado familiar.
- Redução da superfície por habitante, considerando a diminuição do factor trabalho.
- Aumento da feminização do trabalho agrícola e consequentes mudanças nas relações sociais e de poder no seio da família
- Envelhecimento da mão-de-obra e da actividade agrária devido à saída da exploração das pessoas em idade activa e dos jovens.

Quando a procura do emprego ou semi-emprego provém de grandes explorações e de pequenas actividades informais, é comum existir o fenómeno do semi-assalariamento (não ocupação de todo o tempo de trabalho ao longo do ano ou diariamente), produzem-se funcionalidades e disfuncionalidades no contexto da economia rural e das relações com o meio urbano. Por exemplo, a continuidade da exploração familiar chefiada pela esposa assegura total ou parcialmente a auto-suficiência alimentar da família, aumentando a possibilidade de pagamento de salários mais baixos em outros sectores⁹. Por outro lado, se essas opções existem, é porque representam acrescentos de rendimentos (ou substituição vantajosa) para as famílias. Pode ainda acontecer o fenómeno conhecido por “imitação tecnológica¹⁰” aumentando os rendimentos por hectare¹¹ e/ou o aumento do capital na exploração agrícola¹². Se as opções das economias familiares são as mencionadas, significa que há ganhos económicos, de segurança (menos riscos), maior estabilidade na obtenção de rendimentos.

Existem evidências que, em contextos de instabilidade e/ou elevado risco, os pequenos produtores conservam-se em lógicas de maior auto-suficiência e defesa da família. Isto é, dá-se prioridade à subsistência alimentar e minimização de riscos, como forma de preservar a reprodução das famílias como unidade económica e social. Contrariamente, em contextos de estabilidade e de mercados favoráveis à integração, são os pequenos produtores os que mais rapidamente respondem com aumentos de produção¹³

⁹ Assim acontecia aquando da grande emigração de moçambicanos para a África do Sul ou no recrutamento de mão-de-obra para as plantações na Zambézia.

¹⁰ A “imitação tecnológica” consiste na passagem (adoção), neste caso nas pequenas explorações, de insumos e técnicas aprendidas em explorações capitalizadas e com lógicas capitalistas, com efeitos sobre o aumento da produção.

¹¹ Existe um amplo debate sobre o efeitos da introdução de culturas de rendimento sobre a produção alimentar. Alguns estudos revelam que a introdução de culturas de rendimento não implica necessariamente a redução da produção alimentar que é compensada pelo efeito imitação - por exemplo Simione (2009), em relação ao gergelim no distrito de Mema. Teoricamente duvida-se destas conclusões pois os principais factores de produção (terra e trabalho) não são alterados a curto prazo, o que implica a distribuição destes factores por mais uma cultura no sistema produtivos que regra geral são produzidos na mesma época do ano. Resta saber, em cada caso, em que medida o incremento da produtividade derivado do efeito imitação tecnológica é superior à redução da alocação do factor terra e trabalho nas culturas alimentares. Outra possibilidade é a subutilização destes dois factores. Ou ainda, a introdução de meios que permitem o aumento da superfície utilizada (por exemplo mecanização e tracção animal), o que pode acontecer em determinadas circunstâncias.

A longo prazo (dependendo das taxas de crescimento demográfico e da sua localização), o aumento da produção pode ser motivada pelo aumento do factor trabalho que exercerá pressão sobre a ocupação da terra.

¹² Justifica-se a existência de exploração de pequena escala de tamanho médio mais elevado nas zonas de emigração para a África do Sul, como resultado de parte dos rendimentos obtidos no trabalho das minas (principalmente), ter sido investido em animais (tracção) animal e charruas. É na zona sul do país onde está concentrado o gado bovino e onde existe um maior número de explorações com preparação de terras não apenas manual.

¹³ Estas constatações revelam que os pequenos produtores são sensíveis aos sinais dos mercados e que as elasticidades da produção aos preços e outros incentivos dos mercados podem ser elevadas.

e envolvimento em múltiplas actividades, optando por estratégias de integração nos mercados (assalariamento, produção de culturas de rendimento, etc.).

Dos parágrafos anteriores, é teoricamente deduzível que os processos de transformação estrutural implicam assim mobilidade social com o surgimento dos agricultores mais eficientes e com conhecimento e habilidades no relacionamento com os mercados ou que possuam mais educação e formação profissional. Este é, geralmente, um ponto crítico e o será cada vez mais, quanto mais a alocação dos recursos determinantes da transformação estrutural (terra, acesso ao capital e aos insumos, à assistência técnica, à formação e informação, etc.), for influenciado por factores políticos.

Em Moçambique, ao longo dos últimos anos, existem novas dinâmicas no meio rural, como por exemplo:

- Investimentos realizados por multinacionais na indústria extractiva e florestal, introduzindo algum emprego e o surgimento de actividades prestadoras de serviços pelo tecido empresarial local, reassentamentos populacionais com muitas críticas migrações, pressão sobre as infra-estruturas, inflação autárquica, entre outros aspectos¹⁴.
- Emergência de muitas actividades não agrícolas, principalmente o comércio informal, pequenos negócios e mais assalariamento.
- Aumento de agentes comercializadores introduzindo mais concorrência e procura de produtos agrícolas.
- Crescimento da produção agrícola de bens exportáveis ou integrados em cadeias de valor.
- Injecção de recursos financeiros com alocações sem observância por critérios económicos¹⁵.

Estas dinâmicas podem produzir efeitos na economia rural e na estrutura agrária, como por exemplo:

- Redefinição de novas combinações produtivas (entre culturas), com eventual redução da produção alimentar.
- Assalariamento e dedicação de parte do fundo de trabalho da família a outras actividades.
- Em consequência do ponto anterior, alteração das superfícies utilizadas por exploração e por habitante.
- Redução do peso da agricultura como fonte de rendimento da família.

Podem existir evoluções diversas na medida da combinação dos factores determinantes das transformações. No caso de Moçambique, e dedutivamente, existem sinais que indicam serem estes fenómenos possíveis de verificação. A confirmar, e pela natureza e dimensão imprevisível das evoluções, requerem atenção e monitorização das e pelas políticas públicas.

Os rendimentos brutos obtidos na exploração dependem essencialmente das seguintes variáveis: (1) tamanho das explorações; (2) produtividade por hectare, esta relacionada positivamente com os níveis de capitalização das explorações (relação capital / trabalho), domínio técnico e gestão e incidência dos factores de risco (clima, doenças e pragas, furtos e perdas pós-colheita).

Em condições de elevada probabilidade de riscos, o custo de oportunidade dos rendimentos na exploração agrícola baixa, sendo lógico que se opte por alternativas que assegurem que uma maior percentagem dos rendimentos das famílias seja obtida através de fontes mais seguras.

Os fenómenos referidos podem sintetizar-se no que Lewis refere no modelo dual de desenvolvimento, em como o sector “tradicional” (agricultura), por ser de menor produtividade e gerador de rendimentos

¹⁴ Para uma leitura geral sobre estes aspectos veja por exemplo Mosca e Selemene (2010).

¹⁵ Como é conhecido o caso dos fundos de investimento de iniciativa local (vulgo “7 milhões”), cujo retorno do capital emprestado não ultrapassa os 5%.

inferiores para as famílias, transfere recursos (Lewis refere o trabalho em contexto de uma oferta ilimitada deste factor), para o sector “moderno” (no caso, a indústria), pressupondo que a produtividade marginal do trabalho na agricultura está próxima de zero, sendo, por isso, possível extrair mão-de-obra da agricultura sem grandes alterações para o produto total do sector. Este modelo foi elaborado em princípios da década de cinquenta do último século, em momento de ritmos acelerados de industrialização e do pós-guerra. Isto é, a industrialização (em contexto urbano) seria realizada à base da transferência de recursos da agricultura (meio rural). Sendo assim, para além da transferência intersectorial, existia também a mudança da alocação de recursos do campo para a cidade.

No caso de Moçambique não existe um processo de industrialização suficiente para a absorção da mão-de-obra do campo. Realidades recentes, não apenas no país, revelam que o êxodo rural tem sido provocado por outros factores (sobretudo instabilidade política e de segurança, políticas de *urban bias*¹⁶, mais oportunidades de economias informais e políticas não favoráveis aos pequenos produtores e à produção alimentar¹⁷). Assim sendo, a transferência de recursos agricultura – indústria e do meio urbano para o rural, não resulta do desenvolvimento do sector agrário e produção de excedentes ou que a produtividade marginal se situe em volta do zero. Também não resulta da emergência de outros sectores com oferta de trabalho suficiente que justifique o êxodo rural existente. A emigração para as cidades pode significar uma “fuga” à pobreza, falta de oportunidades no meio rural e na procura de alguns benefícios nas cidades (maior acessibilidade à saúde, educação e oportunidades de pequenos negócios e “piscastes”) no contexto das persistentes políticas de “*urban bias*” Consequentemente, assiste-se aos seguintes fenómenos:

- Aumento da dimensão das cidades com ruptura das infra-estruturas e dos serviços aos cidadãos
- Pobreza urbana.
- Escassez da oferta de alimentos básicos suprida com importações.
- Manutenção das produtividades e níveis de rendimento baixos na agricultura, mantendo o custo de oportunidade baixo e a consequente maior procura de outras ocupações e da emigração.

Com base nesta tripla realidade (por um lado, a escassez de oferta, insegurança alimentar e baixa produtividade e, por outro lado, a incapacidade da economia absorver mão-de-obra) pode sugerir-se que a agricultura terá de continuar a ser um sector importante da economia. A industrialização exógena (importada e não resultante da transformação estrutural da economia e induzida por modelos de crescimento fundamentalmente internos), poderá provocar bolsas de pobreza e movimentos migratórios com expectativas de emprego e de abundância superiores à realmente ofertada por esses investimentos. Este dilema só pode ser resolvido através de políticas que estimulem o crescimento rápido da produtividade e dos rendimentos dos produtores, sem exclusão dos produtores de pequena escala. Só assim o custo de oportunidade da mudança de actividade aumentará evitando a prática de salários de fome e a redução do sustento alimentar da família e dos emigrados de curta e média distância no quadro do semi-assalariamento.

3. METODOLOGIA

Para a secção 4, foram principalmente realizados os seguintes cálculos:

- Estimção do salário real com o deflacionamento do salário nominal, comparando igualmente com outros indicadores (por exemplo a cesta básica), que sofreram o mesmo tratamento.

¹⁶ Por exemplo, subsídios aos transportes e alimentos básicos, maior acesso aos serviços de educação e saúde, etc.

¹⁷ Veja Mosca (2012), Observador Rural N.º 1 do OMR.

- Para o cálculo dos rendimentos agrícolas consideraram-se as áreas médias das pequenas explorações, que toda a superfície seria trabalhada por uma única cultura, multiplicado pelo preço do respectivo período.
- A taxa de cobertura é calculada dividindo uma variável por outra (conforme o que se pretende calcular), em percentagem.
- Os preços anuais ao produtor e consumidor representam a média aritmética dos preços recolhidos pelo Sistema de Informação de mercados agrícolas.
- Conforme referido em local próprio, foram considerados os produtos da cesta básica praticada pelo INGC (Instituto Nacional de Gestão de Calamidades) multiplicados pelos preços ao consumidor e nas quantidades estimadas para uma dieta alimentar de uma família com cinco pessoas.

Os dados da secção cinco resumem-se à apresentação de gráficos de algumas variáveis seleccionadas.

As culturas seleccionadas para a análise efectuada na secção quatro obedeceram à composição da cesta básica e simultaneamente representativos dos sistemas de produção dos pequenos produtores. O milho é a cultura que uma maior percentagem de camponeses pratica e o feijão constitui um bem essencial na dieta alimentar e assume igualmente importância na estrutura produtiva depois do milho e da mandioca.

O estudo cinge-se a Manica por ser sobre esta a província onde existe informação com maior continuidade necessária ao trabalho, sobretudo sobre os preços dos produtos agrícolas.

Na quarta secção considerou a série temporal entre 1997 e 2011, condicionado à disponibilidade de informações.

Pequenas fórmulas de cálculo são apresentadas nos respectivos parágrafos.

Os resultados devem ser interpretados considerando as variações dos preços ao longo do ano (Mosca e Abbas) e o cálculo simplificado do preço médio anual, os resultados obtidos em vários estudos (alguns dos quais referenciados no presente texto), a aplicação do salário mínimo, a diversidades do mercado de trabalho rural, o tipo de cesta básica, entre outros aspectos. Não obstante estas condicionalidades das fontes de informação e metodológicas, a edição deste parece pertinente pelo facto da apresentação de um método de análise pouco comum no seio do sector agrário, sobretudo nos centros de decisão.

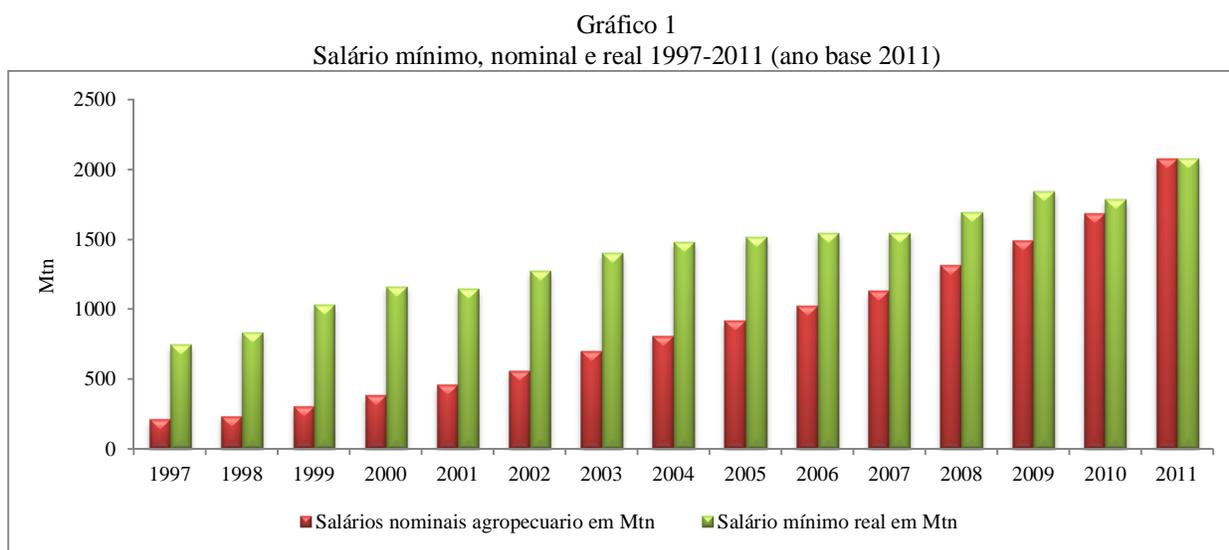
As principais fontes de informação foram as seguintes: Instituto Nacional de Estatística (INE) através do Censo Agro-Pecuário 2000 e 2010, o Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) e o Ministério do Trabalho.

4. SALÁRIO MÍNIMO, PODER AQUISITIVO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA E PRODUTIVIDADE

4.1 Salário mínimo

Os gráficos seguintes demonstram a evolução do salário mínimo agrícola nominal, real e em termos de dólares entre 1997 e 2011. O salário real foi obtido através do deflacionador das taxas de inflação médias anuais. O salário em dólares resulta da transformação do valor em metcais considerando igualmente a taxa média de câmbio.

a) Evolução do salário mínimo agrícola nominal e real



Fonte: Vitor Matavel (2012).

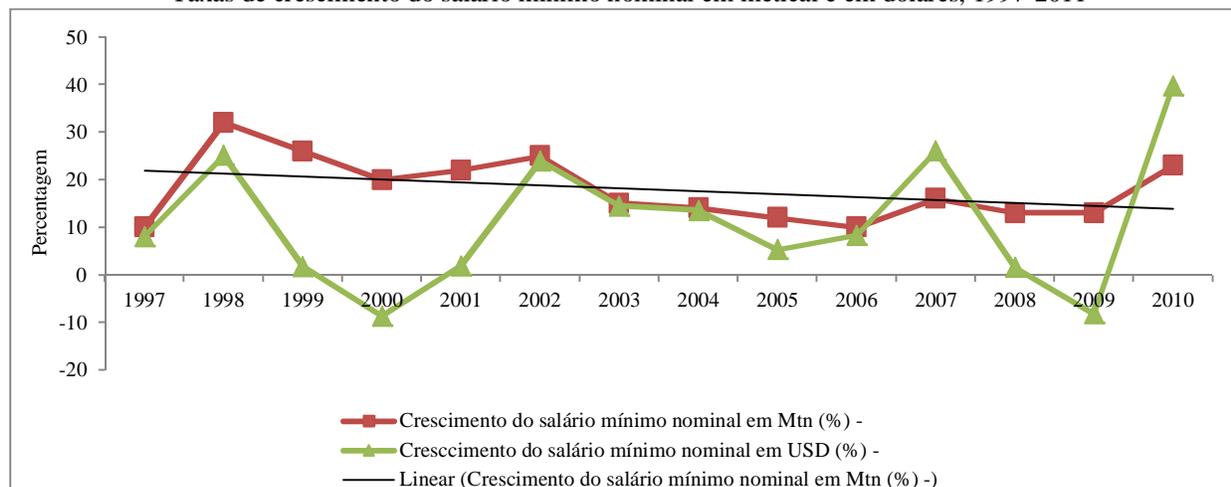
Verifica-se um importante incremento do salário real entre 1997 e 2011.

Quadro 1
Valores do salário mínimo nominal e real em 1997 e 2011 (ano base 2011)

Data	Salário Mínimo Nominal (Mtn)	Salário Mínimo Real (Mtn)	Taxa (%) de crescimento do salário real (2011/1997)	Salário mínimo nominal em USD	Taxa (%) de crescimento do salário nominal em dólares (2011/1997)
1997	210	744.80	2,8	18,4	3,9
2011	2.075	2.075		71,4	

Fonte: Vitor Matavel (2012).

Gráfico 2
Taxas de crescimento do salário mínimo nominal em metical e em dólares, 1997-2011



Fonte: Vitor Matavel (2012).

O gráfico anterior revela que o crescimento do salário nominal teve na maioria dos anos um crescimento percentual superior a 10%, quase sempre superior à inflação, o que justifica o crescimento do salário real.

O aumento foi superior em relação ao dólar em consequência da tendência de desvalorização da moeda durante o período analisado. Em 1997 a relação do dólar com o metical foi em de 11,4 e em 2011 foi de 29,1, o que representa um acréscimo de cerca de 2,55 vezes.

b) Salário mínimo e cesta básica

Cobertura da cesta básica pelo salário mínimo

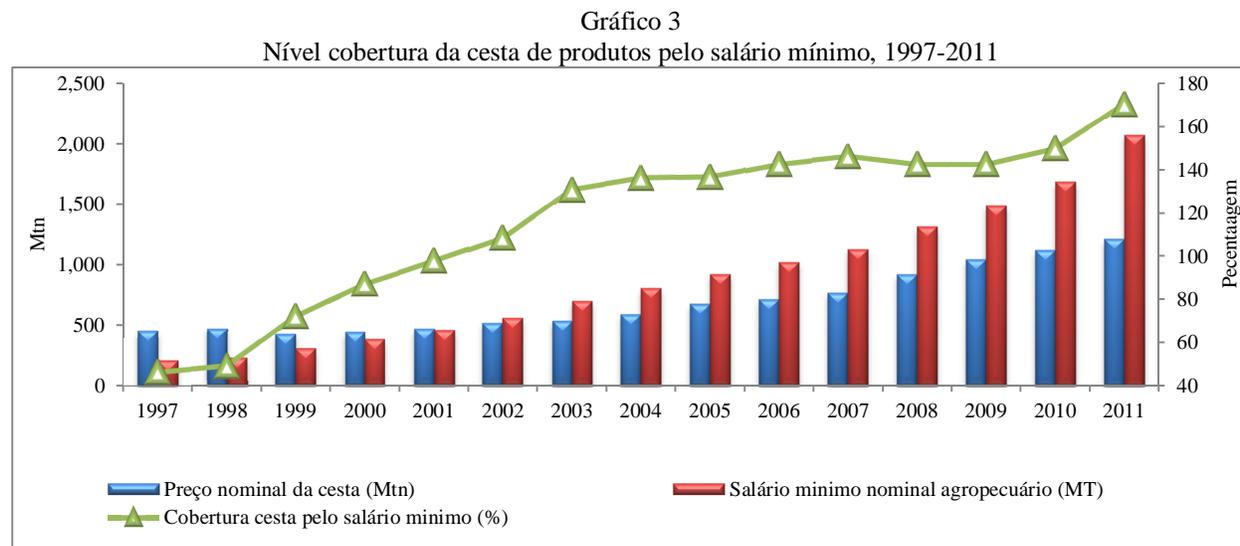
Segundo o INGC (2007), o açúcar, o arroz, o feijão nhemba e o óleo alimentar têm um elevado valor nutritivo energético, que ajuda o bom funcionamento do organismo bem como o desenvolvimento de actividades físicas e mentais. Estes produtos foram também seleccionados pelo INGC, como essenciais na distribuição de alimentos nos centros de acomodação de emergência. A quantificação dos produtos alimentares foi feita de acordo com cálculos feitos pela entrevistada Sandra Viagem Chemane¹⁸, onde numa família de 5 pessoas, em um mês, são tomadas como ideal as seguintes quantidades: açúcar – 4.5 Kg; arroz – 15 Kg; feijão nhemba – 6 Kg; e óleo – 3 Kg. A frequência do uso do transporte, foi calculada partindo dos seguintes pressupostos: apenas o chefe de família usa o transporte; o transporte é somente usado nas deslocações entre o local de trabalho e a casa; o chefe de família tem 25 dias úteis de trabalho.

A cesta básica defendida pelos organismos oficiais é muito inferior àquela que os sindicatos reivindicam nas negociações anuais sobre os reajustamentos salariais. O valor estimado dessa cesta básica dos sindicatos é superior em quase duas vezes. Por outro lado, os montantes e a diversidade de géneros revelam estar-se perante um nível de consumo “de emergência”. Não está incluída roupa, calçado, gastos em educação e saúde, habitação, pequenos investimentos com pequenos bens de capital das famílias (bicicletas, rádio, comunicações, etc.), etc. A análise da cobertura da cesta básica oficial pelo salário

¹⁸ Nutricionista do Centro de Saúde Primeiro de Maio, entrevistada em 15 de Junho de 2012.

mínimo deve assim ser analisada com cautela e, sobretudo, não perdendo de vista a representatividade da cesta considerada.

Realizados os cálculos do preço nominal da cesta básica e comparando com o salário mínimo nominal obteve-se a cobertura representada no gráfico seguinte:



Fonte: Vitor Matavel (2012). A cobertura da cesta está representada em percentagem na escala da direita.

Observa-se que o salário mínimo cobre o preço da cesta básica em quase toda a série estudada. Entre 2007 e 2009 o nível de cobertura baixou tendo voltado a subir depois de 2009.

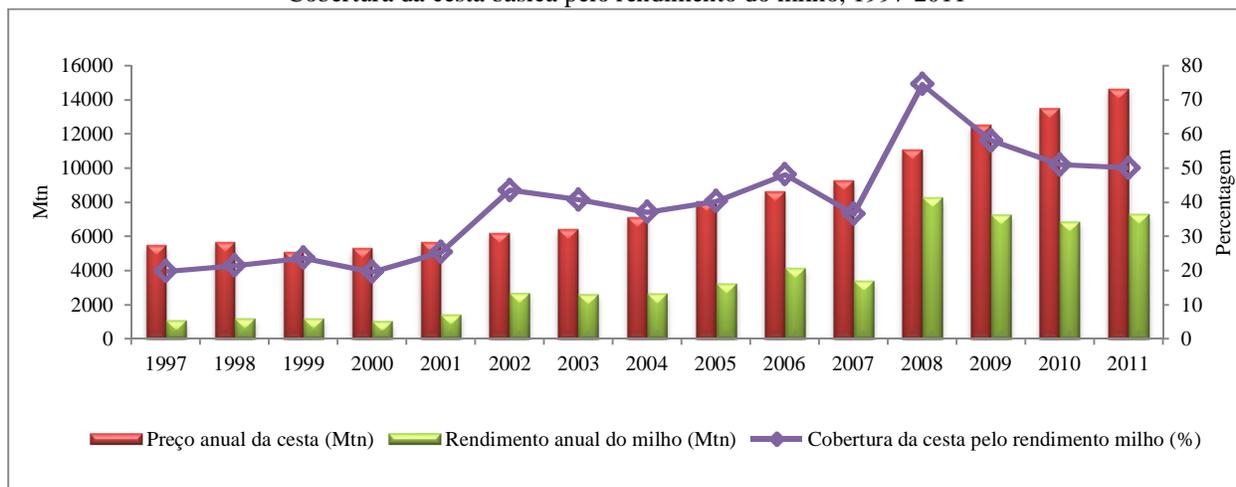
Esta análise revela que os quatro produtos considerados e os custos de transporte de apenas um membro do agregado familiar, absorvem grande parte do salário mínimo.

Cobertura da cesta pelo rendimento das culturas

Este indicador procura comparar o rendimento obtido na produção das culturas seleccionadas relativamente ao preço da cesta básica. Isto é, estima-se as relações de troca entre o rendimento agrícola por cultura relativamente à cesta básica. Para cálculo deste indicador procedeu-se do seguinte modo por cultura:

(Produção média por hectare a nível nacional x superfície média das pequenas explorações x preço médio) = rendimento médio de uma determinada cultura, supondo que toda a superfície é dedicada à produção dessa cultura. Da divisão deste valor pelo preço da cesta básica, resulta a taxa de cobertura pretendida pelo rendimento da cultura. Os quadros e respectivos cálculos não são apresentados neste estudo.

Gráfico 4
 Cobertura da cesta básica pelo rendimento do milho, 1997-2011

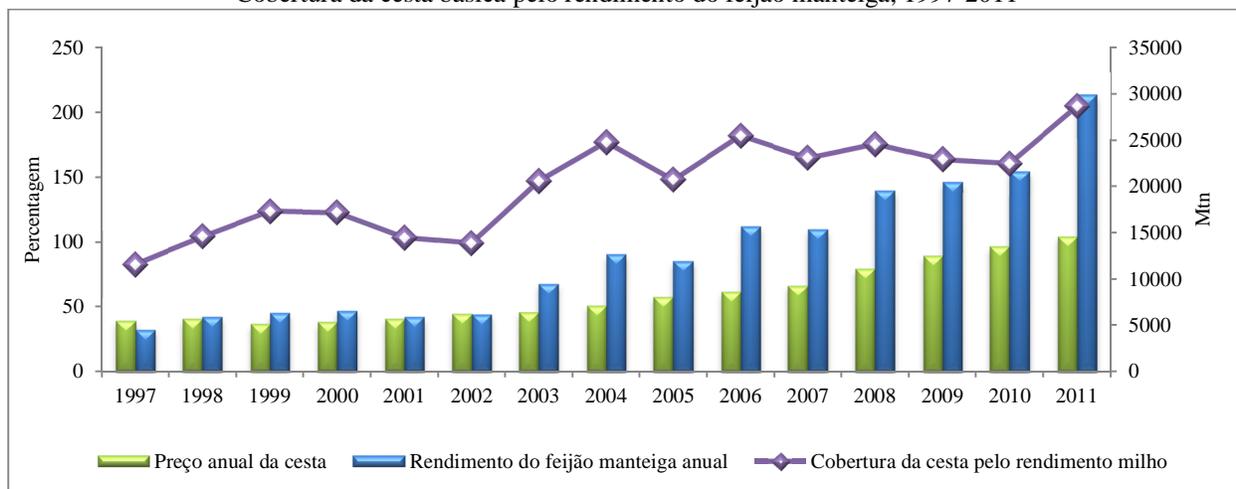


Fonte: Vitor Matavel (2012).

Observa-se que o rendimento obtido por um pequeno produtor médio de milho é muito inferior ao do preço da cesta básica. Para a maioria dos anos, a taxa de cobertura variou entre os 40% e os sessenta por cento. Não obstante, verifica-se um aumento significativo deste indicador.

b) Feijão manteiga

Gráfico 5
 Cobertura da cesta básica pelo rendimento do feijão manteiga, 1997-2011



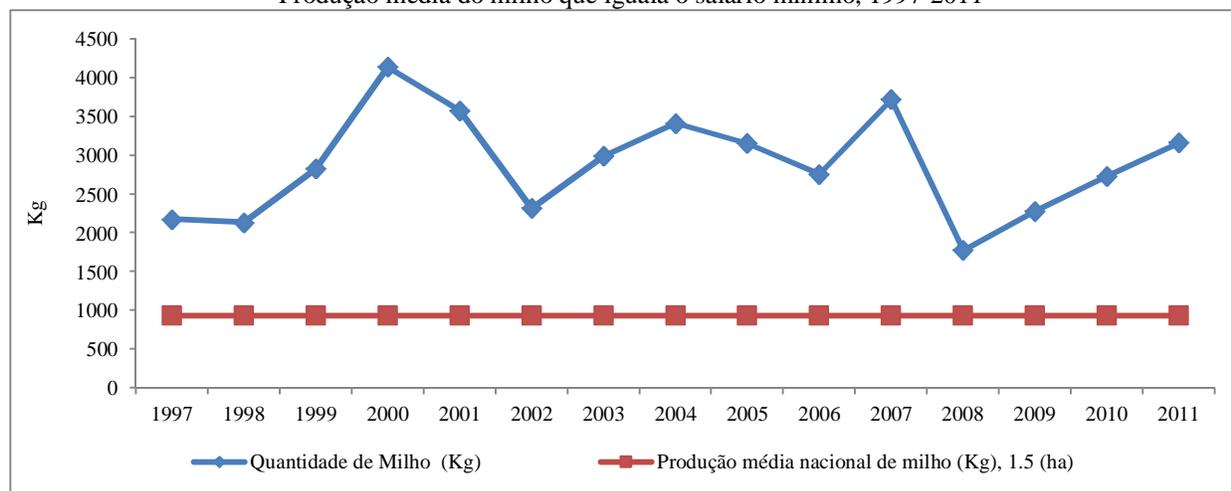
Fonte: Vitor Matavel (2012).

No caso do feijão manteiga, a situação é inversa à cultura do milho. Observa-se igualmente uma tendência de melhoria deste indicador.

4.2 Rendimento médio por hectare e salário mínimo

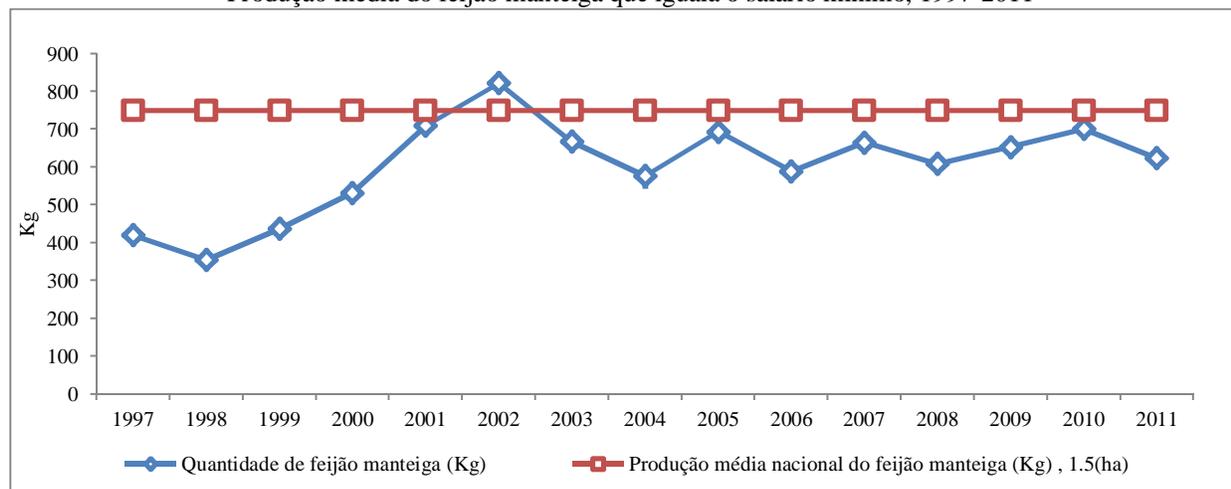
Realizou-se o cálculo para se estimar, em termos médios, qual a produção por hectare que cobriria o salário mínimo para as duas culturas (milho e feijão manteiga). O cálculo é simples: preço do milho = X, que corresponde à quantidade de quilos que iguala o preço da cesta básica. O X é dividido pela área média praticada de cada cultura resultaria a produção por hectare necessária para adquirir a cesta básica.

Gráfico 6
Produção média do milho que iguala o salário mínimo, 1997-2011



Fonte: Vitor Matavel (2012).

Gráfico 7
Produção média do feijão manteiga que iguala o salário mínimo, 1997-2011



Fonte: Vitor Matavel (2012).

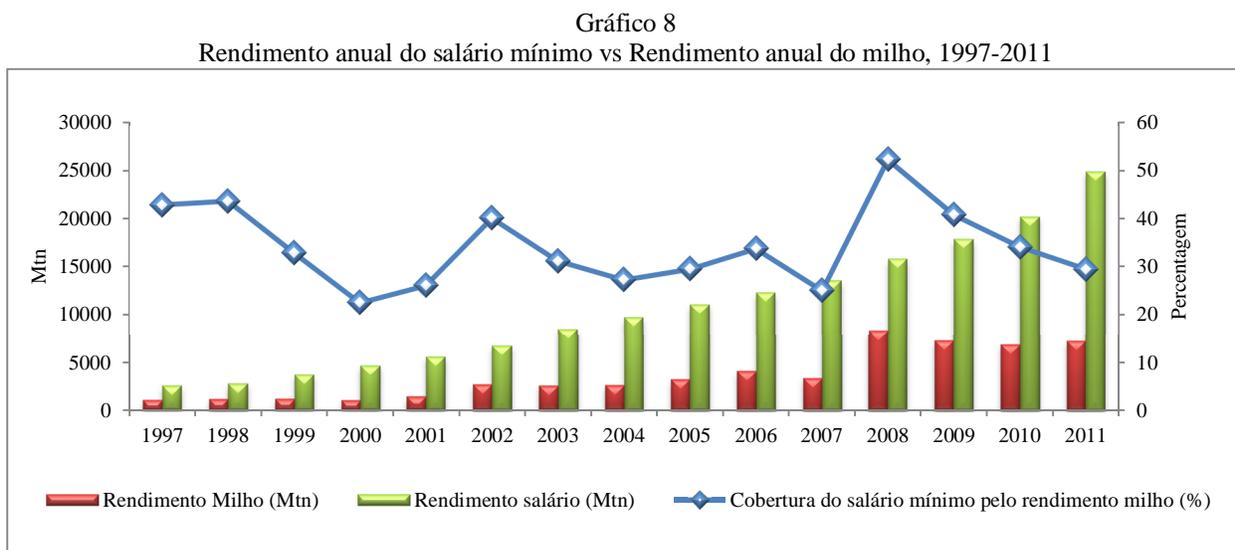
Os dois gráficos acima revelam situações distintas. Para o milho, a produção média por hectare para equivaler ao salário mínimo teria que aumentar de cerca de mil quilos por hectare, para entre 2 e 4 toneladas, em função das variações dos preços, na medida em que as variações da produtividade são muito baixas.

Na maior parte dos anos, a actual produção média de feijão manteiga valorizada aos preços de mercados é superior ao salário mínimo.

4.3 Rendimento salário mínimo versus (vs) Rendimento cultura

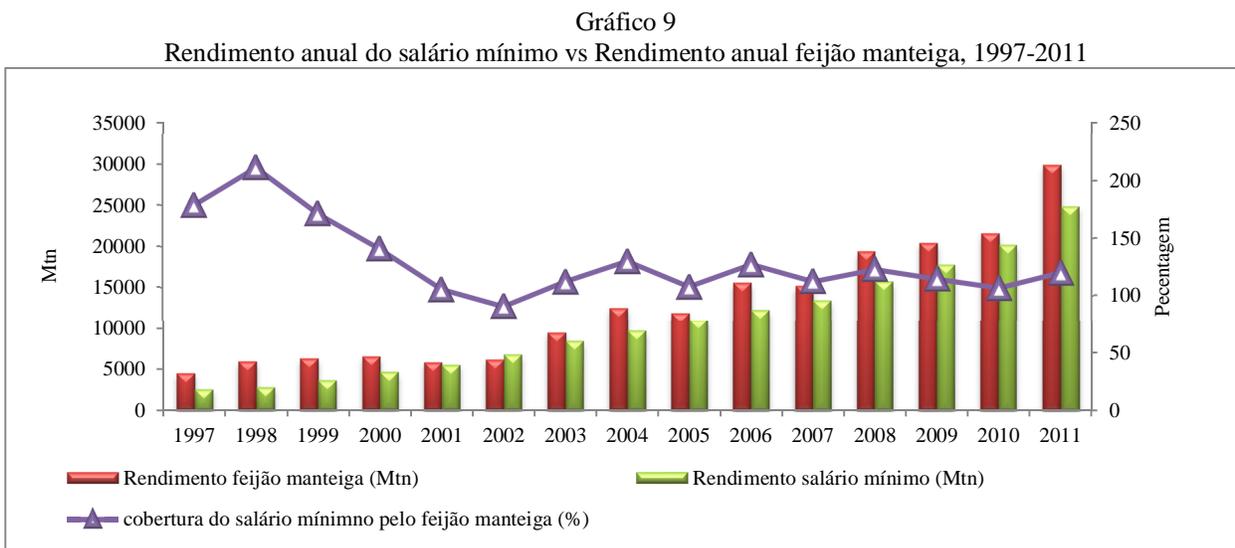
O rendimento das culturas é calculado multiplicando a produção média por hectare pelo preço médio e o rendimento salarial considera o salário mínimo anual (12 salários). A cobertura do salário pelo rendimento obtido na cultura calcula-se dividindo o rendimento pelo salário. Os resultados são os seguintes:

a) Para o caso do Milho



Fonte: Vitor Matavel (2012).

b) Para o caso do feijão manteiga



Fonte: Vitor Matavel (2012).

Dos dois gráficos anteriores observa-se que o rendimento do milho cobriu na maioria dos anos entre cerca de 30% e 50% do salário mínimo. Este indicador, para o caso do feijão, variou, na maioria dos anos, entre os 100 e 150%.

4.4 Resumo

Dos dados apresentados pode-se resumir os seguintes aspectos principais:

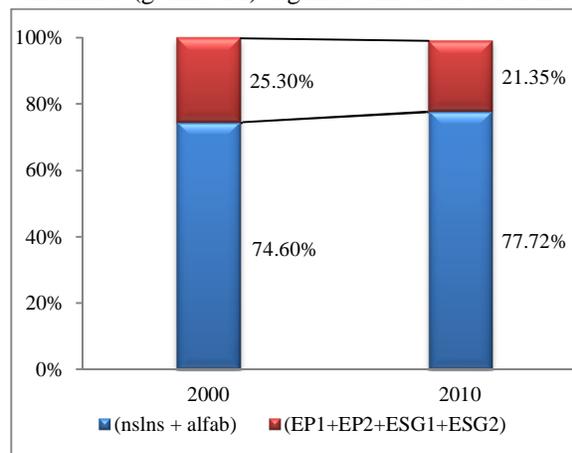
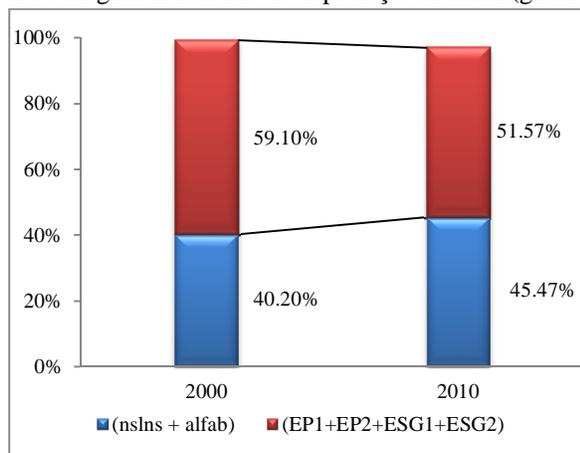
- O rendimento agrícola, tomando como base as culturas estudadas, é insuficiente para competir pela retenção na agricultura do trabalho no meio rural. O assalariamento e certamente outras actividades económicas com geração de auto emprego, produzem maiores rendimentos que a originada nas explorações agrícolas.
- Os actuais níveis de produtividade por hectare e as superfícies trabalhadas são insuficientes para tirar as famílias da pobreza e, em muitos casos (como por exemplo no milho), não são suficientes para aquisição de bens alimentares de primeira necessidade.
- Embora o texto não refira, existem sinais de que as diferenças de preços dos bens agrícolas associadas à produtividade por hectare, podem estar a gerar mudanças nas estruturas produtivas dos pequenos produtores, com substituição dos pesos relativos na composição das culturas praticadas. São os possíveis casos do tabaco, do algodão e do gergelim e o crescimento da produção de amendoim e feijão.

5. ALGUNS DADOS SOBRE AS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

5.1 Escolaridade dos chefes de exploração

Gráfico 10 e 11

Percentagem dos chefes de exploração homens (gráfico 10) e mulheres (gráfico 11) segundo o nível de escolaridade

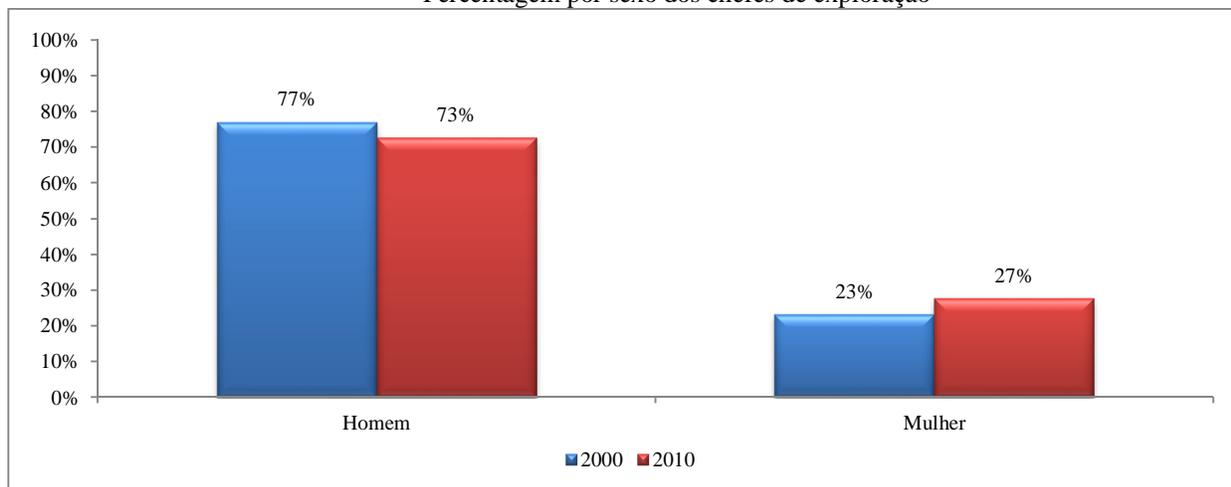


Fonte: INE, CAP 2001 e 2010.

Através dos gráficos acima, pode verificar-se que existe uma tendência de aumento dos chefes de exploração que não sabem ler nem escrever e a consequente redução dos chefes de exploração que tenham algum nível de escolaridade. Ainda que a percentagem dos homens que chefiavam explorações que não sabem ler nem escrever tenha aumentado, maior percentagem dos homens chefes de explorações tem algum nível de escolaridade, o que não se verifica para as mulheres. Pode sugerir-se que os chefes de exploração com alguma escolarização estão saindo da produção.

5.2 Género dos chefes de exploração

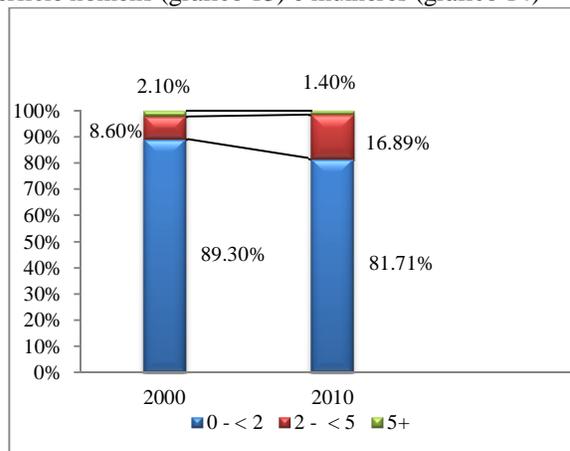
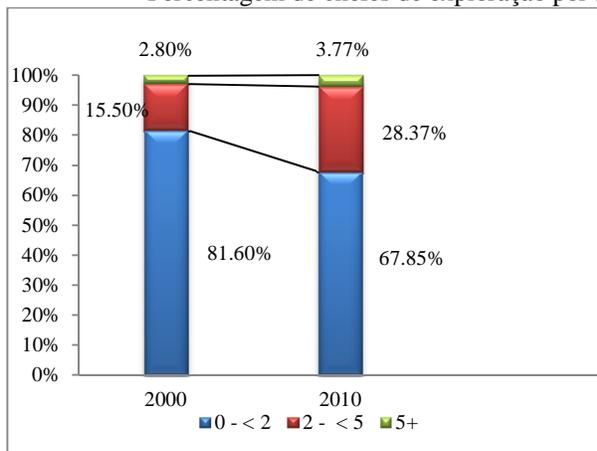
Gráfico 12
 Percentagem por sexo dos chefes de exploração



Fonte: INE, CAP 2001 e 2010.

Observa-se que existe uma tendência de existirem mais explorações chefiadas por mulheres. Ainda que a percentagem de explorações chefiadas pelos homens tenha baixado e a percentagem das explorações chefiadas por mulheres aumentado na última década, estes ainda continuam a chefiar maior parte das explorações. Este resultado parece ser coerente com o apresentado nos dois gráficos anteriores: com a ocupação dos homens em outras actividades as mulheres responsabilizam-se pela exploração agrícola.

Gráfico 13 e 14
 Percentagem de chefes de exploração por superfície homens (gráfico 13) e mulheres (gráfico 14)



Fonte: INE, CAP 2001 e 2010.

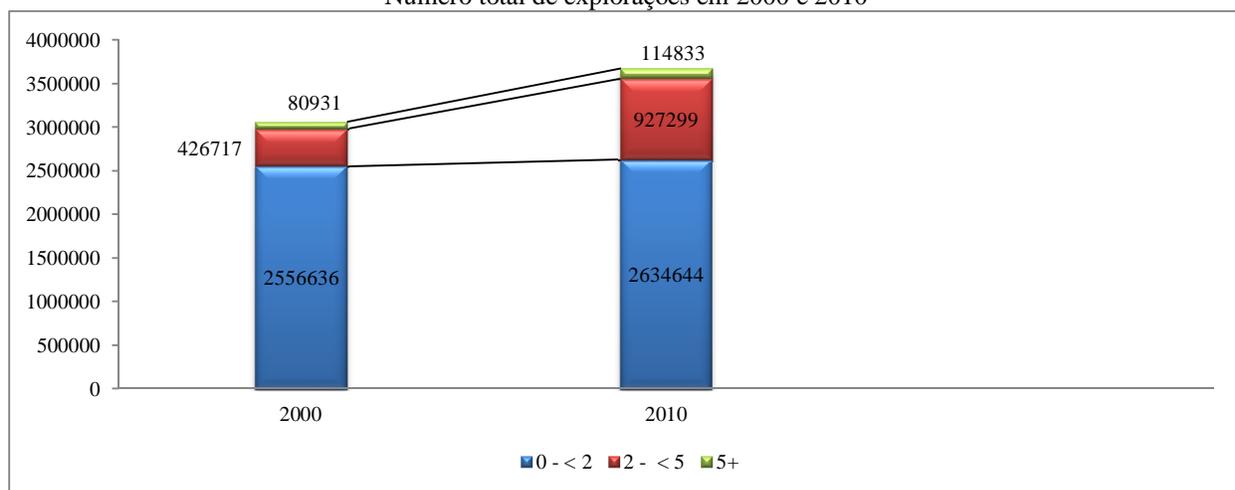
Os dois gráficos revelam uma importante redução de explorações pequenas a serem chefiadas por homens e um aumento significativo para as médias e grandes. No caso do gráfico representativo das mulheres, verifica-se uma tendência em sentido idêntico, porém com variações menos acentuadas. Exceptua-se a redução das chefias de mulheres nas explorações com 5 e mais hectares.

Pode ainda notar-se que as mulheres chefe de exploração estão concentradas em maior percentagem nas explorações de até 2 hectares. Verifica-se também que na última década a percentagem de explorações de até 2 hectares e mais de 5 hectares baixou em detrimento das que possuem entre 2 e ≤ 5 hectares. Os dados absolutos estão no gráfico seguinte.

Este fenómeno por induzir a mudanças significativas na divisão social do trabalho no seio da família (por género e sexo) e a alterações nos sistemas sociais e de poder “tradicionais” no seio das famílias. Este aspecto merece monitorização devido ao potencial de conflitualidade destes processos¹⁹.

5.3 Número e tamanho das explorações

Gráfico 15
Número total de explorações em 2000 e 2010

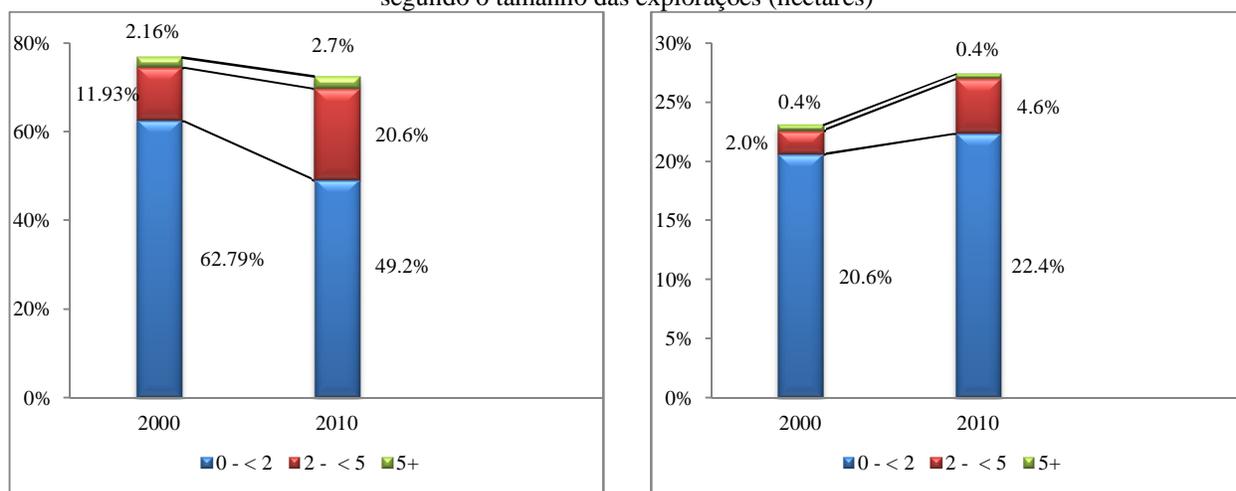


Fonte: INE, CAP 2001 e 2010.

Observa-se que o número total de explorações entre 2000 e 2010 aumentou substancialmente na última década (612.492 explorações). Constata-se que as explorações com $2 \leq 5$ hectares apresentaram um aumento de 500.582 explorações (117%) e as explorações de mais de 5 hectares, aumentaram em 33.902 explorações (42%) vezes. As explorações com menos de 2 hectares aumentaram em 3% entre 2010 e 2001. Estes dados podem reflectir a reintrodução em maior escala das culturas do algodão, do tabaco (cultura recentemente introduzida, principalmente na província de Tete), a subcontratação de pequenos produtores para a produção de açúcar, entre outras.

¹⁹ Frias (2006) refere-se a estes fenómenos para o caso do comércio informal na cidade de Maputo.

Gráfico 16 e 17
 Percentagem de chefes explorações homens (gráfico 16) e mulheres (gráfico 17),
 segundo o tamanho das explorações (hectares)

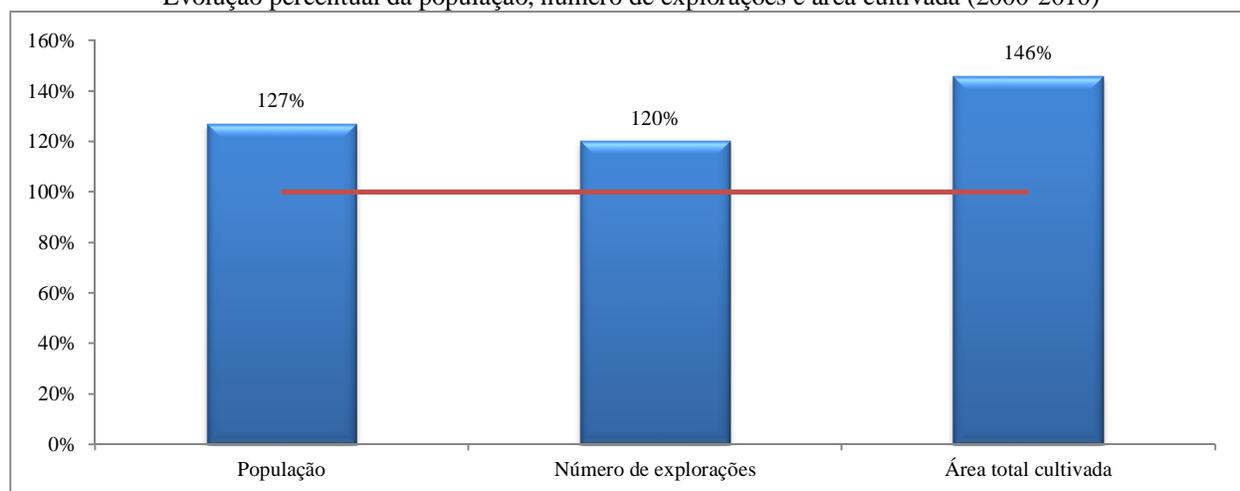


Fonte: INE, CAP 2001 e 2010.

Pode-se entender o aumento das exploração de com mais de dois e menos de cinco hectares pela introdução da cultura de tabaco, aumento da produção de algodão e o início da subcontratação na produção de cana-de-açúcar. Não existe evidência do aumento das superfícies de culturas alimentares. Esta afirmação pode estar fundamentada no baixo incremento do número de explorações com menos de dois hectares que são as que, regra geral, pertencem aos pequenos produtores responsáveis pela produção da quase totalidade de bens alimentares.

Dos gráficos, observa-se que os homens são em maior percentagem chefes de exploração. A percentagem de homens que chefiavam explorações em 2010, quando comparada com 2000, decresceu em detrimento do crescimento da percentagem de mulheres que chefiavam explorações, o que confirma os gráficos anteriores.

Gráfico 18
 Evolução percentual da população, número de explorações e área cultivada (2000-2010)



Nota: a linha vermelha representa 2010 com o índice igual a 100.

Fonte: INE, CAP 2001 e 2010.

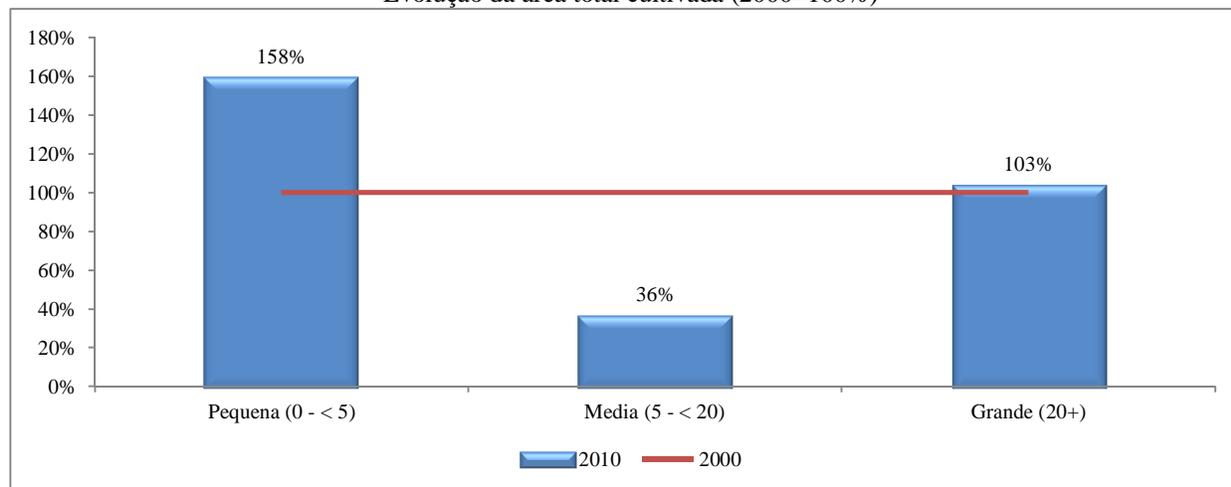
Observa-se que a área total agricultada aumentou mais rapidamente que a população e o número de explorações o que significa um incremento da relação área cultivada por habitante e por exploração. O menor crescimento do número de explorações comparativamente com a evolução da população significa que um crescente número de famílias abandona a agricultura por conta própria. Estes indicadores explicam, em grande medida, que o aumento da produção de alguns produtos agrícolas está assente em mais superfície e menos devido ao efeito da produtividade por hectare.

É importante confirmar se o aumento da superfície trabalhada se reflectiu em maiores áreas dedicadas à produção alimentar que, ponderando com a evolução da produtividade por hectares, poderia dar sinais sobre o evoluir da disponibilidade de alimentos. Numa perspectiva de mais longo prazo, o documento da Estratégia de Desenvolvimento Rural (Governo de Moçambique 2007), indica que nos últimos cinquenta anos a produção alimentar por habitante decresceu em cerca de 40%. Mosca (2010), com base em dados da FAO entre 1960 e 2010, afirma que o somatório da produção por habitante de milho, mandioca, arroz e sorgo diminuiu em 25%. O estudo da 3ª avaliação da Pobreza (Governo de Moçambique 2010), revela que o número de calorias diárias *per capita* entre 2002 e 2008 decresceu em 6%.

A emigração representa um abandono da actividade agrícola.

Os gráficos seguintes revelam a evolução das superfícies segundo o tamanho das explorações.

Gráfico 19
Evolução da área total cultivada (2000=100%)

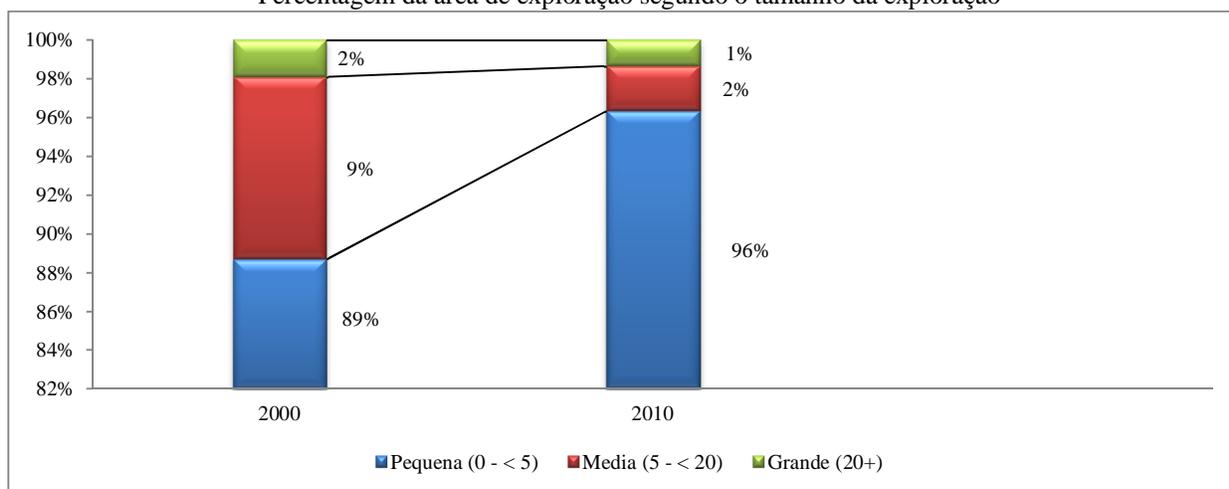


Nota: a linha vermelha representa 2000 com o índice igual a 100.

Fonte: INE, CAP 2001 e 2010.

Examinando o gráfico, pode observar-se que a área total cultivada pelas pequenas e grandes explorações apresentou um crescimento percentual elevado o que, conforme o Gráfico 15, deve-se principalmente às explorações com entre 2 e 5 hectares. Em termos percentuais sobre o total de explorações, as áreas cultivadas pelas médias explorações (de 5 a 20 hectares) decresceram em cerca de 2/3 na última década. O gráfico acima revela claramente uma tendência para o reforço das pequenas explorações (embora, entre estas, verifica-se um importante peso das explorações com entre 2 e 5 hectares, o que revela um aumento da superfície das pequenas explorações). Pode-se ainda constatar uma polarização do tamanho das explorações: reforço do peso das pequenas e grandes e queda drástica das médias explorações. Em termos percentuais o gráfico seguinte demonstra claramente o peso reforçado das pequenas explorações (menos de 5 hectares) na estrutura da superfície agrícola utilizada.

Gráfico 20
 Percentagem da área de exploração segundo o tamanho da exploração



Fonte: INE, CAP 2001 e 2010.

Fazendo a análise do gráfico, pode observar-se que a área total cultivada tanto em 2000 como em 2010, concentra-se maioritariamente nas explorações pequenas com áreas entre 0 e ≤ 5 hectares. Verifica-se ainda que de 2000 a 2010 a percentagem da área total cultivada das médias e grandes explorações decresceu em detrimento das pequenas explorações. Isto é, em termos percentuais, as explorações agrícolas são cada vez de menor dimensão, o que confirma o gráfico 19.

Os dois gráficos anteriores substanciam, pelo menos parcialmente, as análises sobre a evolução da pobreza (não é possível uma família sair da pobreza com as superfícies trabalhadas nas pequenas explorações o que está revelado no ponto 4) e das desigualdades na distribuição dos rendimentos (evolução das superfícies entre as diferentes classes de tamanho das explorações). A pobreza não diminui em termos percentuais da população e aumenta em termos de número de pobres Mosca *et al* (2012) e aprofundam-se as desigualdades sociais.

5.4 Alguns dados sobre a capitalização das explorações agrícolas

Quadro 2

Utilização de factores de capital nas explorações agrícolas

Explorações que utilizam os seguintes factores		
Descrição	2000	2010
Em percentagem		
Uso de fertilizantes	2.67%	3.94%
Pesticidas	4.96%	2.61%
Acesso a crédito	4.0%	2.39%
Em unidades		
Tractores	86494	59467
Charruas	21388	69017
Electrobombas	4779	2973
Motobombas	20892	8017
Camiónes	29020	50705
Camionetas	13575	110635

Fonte: Censos Agro Pecuários de 2000 e 2010.

Referindo-se aos insumos verifica-se uma redução do consumo de fertilizantes e aumento de fertilizantes, facto que não deve estar alheio à introdução e ampliação das áreas de culturas de rendimento (principalmente açúcar, algodão, soja e tabaco). No entanto, verificou-se uma redução de pesticidas, o que pode ser estranho visto serem as mesmas culturas as principais consumidoras deste insumo. É igualmente surpreendente a redução do acesso ao crédito (embora as culturas mencionadas, em alguns casos, utilizem insumos a serem pagos pela entrega da produção). Houve uma redução significativa de tractores e aumento de charruas. O número de meios de abastecimento de água (electro e motobombas) diminui bastante. Os meios de transporte aumentaram, facto que estará associado ao incremento dos transportes de passageiros e de mercadorias de e para o meio rural e ao comércio informal.

Se é possível fazer uma apreciação geral sobre a evolução da capitalização das explorações agrícolas, pode comentar-se existirem sinais de retrocesso, o que significa uma maior intensificação do factor de trabalho dos sistemas de produção, e/ou “desintensificação”/descapitalização.

6. RESUMO E LIÇÕES DE POLÍTICA

6.1 Resumo

Os resultados da quinta secção justificam, pelo menos em parte, o verificado na primeira parte deste estudo. A agricultura de pequena escala, com as actuais superfícies e rendimentos por hectare, não assegura os rendimentos mínimos para a sobrevivência de uma família. Assiste-se a uma redução relativa (comparativamente com a evolução demográfica) do número de explorações, da presença do homem como chefe da exploração, o alargamento percentual e absoluto das pequenas explorações e a redução das consideradas explorações médias.

As evoluções sumarizadas no parágrafo anterior, indicam que a produção agrícola não é competitiva face a outras oportunidades de ocupação e de obtenção de rendimentos das famílias, fazendo com que as opções produtivas e a alocação de recursos da economia familiar possuam prioridades fora da agricultura.

A permanência de chefes de família com menor escolarização revela que as pessoas com alguma formação procuram outras ocupações para aumentar os rendimentos das famílias não proporcionados pela agricultura. Consequentemente, observa-se a feminização das chefias das explorações, o que se pode traduzir em menos quantidade da força de trabalho, principal factor de produção das explorações de pequena escala. Estudos de Kaponde (2012) Francisco (2012) para o caso das pequenas explorações do café em Angola (Amboim), entre outros, revelam que a escolarização tem uma relação positiva mas pouco significativa com a adopção de tecnologia e com a produtividade. Sendo assim, a manutenção do ensino geral pode não resultar em incrementos de produtividade, além de outros efeitos perversos (em relação à agricultura).

O tamanho médio das pequenas explorações aumentou. Não existem estudos que analisem as razões e os factores do crescimento. Pode considerar-se a introdução de novas culturas (tabaco, gergelim e, em menor escala, a soja) ou um maior apoio à produção dos camponeses em regime de subcontratação (açúcar, algodão e tabaco), havendo em algumas delas a preparação da terra com máquinas. Por outro lado, o aumento do número de explorações entre os dois anos (2000 e 2010) foi menor que o aumento da população cujas razões podem ser a emigração para fora das zonas rurais (a taxa da população urbana cresce a cerca dos do dobro da evolução demográfica) e o surgimento de outras actividades não agrárias ocupando as famílias rurais como actividade principal para a obtenção de rendimentos monetários.

A evolução entre 2000 e 2010 das práticas agrícolas, a redução do nível de intensificação do capital (produtos químicos, meios de rega, crédito e assistência técnica – extensão rural²⁰) e das superfícies

²⁰ Para ver o efeito da extensão sobre a produção, veja por exemplo Uaiene Arndt, e Masters (2009) e Cunguara (2011). Os dois últimos autores concluem que a extensão pode permitir um incremento de rendimentos dos beneficiários em cerca de 12%, muito embora se admita que os serviços de extensão estão geralmente associados ao fornecimento de insumos. Cunguara (2011:51), afirma: "... Moçambique possui menos de um pesquisador agrário por 50 mil habitantes, comparado com 1:2500 na vizinha África do Sul e 1:400 nos países desenvolvidos (Coughlin, 2006)". O mesmo trabalho Cunguara (pág. 51) revela: "Em 2008, apenas 8% dos produtores foi visitado por extensionistas, comparado com 15% em 2005 (Cunguara & Hanlon, 2010). Apenas um terço dos distritos rurais está sendo atendido pelos serviços públicos de extensão (Gêmo, Eicher & Teclerian, 2005). A extensão rural está deste modo a perder a oportunidade de contribuir para o aumento da produtividade agrícola dos produtores, mediante a difusão de tecnologias melhoradas".

A forte influência da extensão rural verificada nos estudos mencionados são teoricamente admissíveis considerando que geralmente esta actividade é acompanhada com a introdução de melhores sementes, fertilizantes e outras mudanças tecnológicas com efeitos sobre a produtividade.

médias é muito baixa (em alguns casos negativa), o que dificulta o aumento da produtividade por hectare e por jorna de trabalho que é confirmado nos dados estatísticos dos censos ago-pecuários. Pode concluir-se que não existiram, durante uma década, mudanças estruturais significativas na agricultura, entendidas como alterações relevantes na estrutura da propriedade, dimensão das parcelas e tecnificação (capitalização) das explorações.

As actuais superfícies médias trabalhadas, os rendimentos por hectare e os preços praticados, não permitem que a quase totalidade dos pequenos produtores obtenham rendimentos provenientes da actividade agrária que lhes possibilite sair da pobreza.

6.2 Lições de política

Para se evitar a aceleração ou contrair o êxodo rural e o abandono da actividade agrária ou a persistência de fenómenos que dificultam o desenvolvimento da agricultura e do meio rural, é fundamental que a produtividade do trabalho, das superfícies e dos rendimentos das famílias cresça de forma a aumentar o custo de oportunidade do trabalho agrícola, reduzir a pobreza e forçar o aumento dos salários. Isto é, é necessário aumentar os rendimentos por hectare e os rendimentos monetários provenientes da actividade agrícola.

Sugere-se que os preços relativos da agricultura com outras oportunidades de ocupação e os termos de troca entre bens adquiridos no mercado e os produzidos na agricultura sejam acompanhados de forma a evitar-se desfavorecimento das culturas e sectores que se pretendem priorizar no âmbito das decisões de política económica e do desenvolvimento. Sem sugerir intervenção sobre os preços, podem-se considerar outros mecanismos indirectos de influenciar os mercados e, conseqüentemente, as opções produtivas dos pequenos produtores (investigação e serviços de extensão, benefícios fiscais e eventualmente subsídios -, comercialização assegurada, redução dos custos de transportes e de transacção, aprofundamento do sistemas de informação dos mercados, etc.). Neste contexto, tem particular realce os efeitos sobre a produção alimentar.

É recomendável que o sistema educativo tenha em consideração as realidades de cada local de forma ajustar o tipo de formação e os planos curriculares para que a educação se reflecta na produtividade e nos rendimentos das famílias.

Tendo o incremento da produção durante a primeira década deste século sido determinado principalmente pelo aumento das superfícies trabalhadas devido ao efeito demográfico e aumento das áreas médias, pode considerar-se, a prazo, a necessidade de mudanças na estrutura de ocupação e no acesso à terra, exigindo-se para o efeito decisões políticas.

Sendo o tamanho das explorações uma forte limitação para que a actividade agrícola gere rendimentos suficientes para a saída da pobreza das famílias, será necessário equacionar mecanismos de aumento das superfícies médias, pensando-se que a preparação manual da terra e demais operações culturais possui pequenas margens de expansão.

A feminização da chefia das explorações e o aumento do trabalho da mulher nos trabalhos agrícolas poderá provocar alterações na estrutura social e de poder no seio das famílias e das comunidades, que merecem ser acompanhadas para se reduzirem situações de conflitualidade social e doméstica.

BIBLIOGRAFIA

CUNGUARA Benedito (2011): *Sector Agrário em Moçambique: Análise situacional, estrangulamentos oportunidades para o crescimento agrário*. IFPRI, Maputo. Documento apresentado no “Diálogo sobre a Promoção de Crescimento Agrário em Moçambique”, 21 de Julho de 2011

CUNGUARA Benedito and MODERC Karl (2011): “Is Agricultural Extension Helping the Poor? Evidence from Rural”. *Journal of African Economies*, Vol. 20, number 4, pp. 562–595

FRANCISCO Delfina (2012): *Caracterização socioeconómica dos pequenos cafeicultores de Amboim*. Tese de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural. Universidade Politécnica. Maputo.

FRIAS, Sónia (2006): *Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira*. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

KAPONDE Nascimento (2012): *Importância actual do café no rendimento dos pequenos produtores na região de Amboim, Kwanza-Sul, Angola*. Tese de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural. Universidade Politécnica. Maputo.

GOVERNO D MOÇAMBIQUE (2010): *3ª Avaliação Nacional da Pobreza. Resultados Principais*. Apresentação em *power point*. Maputo, Governo de Moçambique, 21 de Setembro de 2010.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2007): *Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Maputo, Governo de Moçambique.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010): *Censo Agro-Pecuário*. Maputo. INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2000): *Censo Agro-Pecuário*. Maputo. INE.

JONES Sam and Tarp Finn (2013): *Jobs and Welfare in Mozambique*. Country case study for the 2013 World Development Report. World Bank.

LEWIS, W. A. (1954): “Economic development with Unlimited Supplies of Labour”. *Manchester School of Economics and Social Studies*, vol. 22, nº 2, pp. 139-191.

LOW Jan, BOUGHTON Duncan, MARRULE Higinio de, MOLE Paulo e MASSINGUE Jaquelino (2002): *O desafio do salário mínimo: considerações teóricas e práticas*. Relatório de Pesquisa, No. 49P. Maputo, MINADER, Direcção de Economia.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (vários anos): *Sistema de Informação de Mercados Agrícolas*. Maputo, Ministério da Agricultura.

MASSINGARELA Cláudio, NHATE Virgulino, OYA Carlos (2005): *MERCADOS RURAIS DE EMPREGO EM MOCAMBIQUE Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia*. Discussion Papers No. 31P. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas. Ministério de Planificação e Desenvolvimento.

MATAVEL, Vitor (2013): “Salário, produtividade e rendimentos agrícolas. O caso da província de Manica”. Trabalho de fim de licenciatura. Maputo, Universidade Politécnica.

MOSCA, João (2012): “Porque é que a produção alimentar não é prioritária?” *Observador Rural* Nº 1. Documento de Trabalho do Observatório Rural (OMR), Setembro de 2012 Maputo.

MOSCA, João, BARRETO, Gizelda, BRUNA, Natacha e ABBAS, Máriam (2012): *A competitividade da Economia Moçambicana*. Maputo, Escolar Editora.

MOSCA, João e SELEMANE, Tomás (2011): *EL DORADO TETE: os megaprojectos de mineração*. Maputo, Centro de Integridade Pública.

MOSCA, João (2010): *Crise Agrária. Lições*. Apresentação em *power point*. Maputo OMR, 17 de Novembro de 2010.

SIMIONE Félix (2009): *Efeito do Cultivo e Comercialização de Culturas de Rendimento Sobre a Segurança Alimentar: Sinergias ou Trade-off?* Evidência do Distrito de Mombaça. Discussion Papers No. 62P. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Rural.

UAIENE, R. N., ARNDT, C., MASTERS, W. A, (2009): “Determinants of Agricultural Technology Adoption in Mozambique”. *Discussions Papers*, Nº 67E, Ministério do Planeamento e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análises de Políticas

UAIENE, Rafael (2006): “Introdução de Novas Tecnologias Agrícolas e Estratégias de Comercialização no Centro de Moçambique”. *Relatório de Pesquisa* No. 2P. Direcção de Formação, Documentação e Transferência de Tecnologias, Instituto de Investigação Agrária de Moçambique.

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR: office@omrmz.org que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Ao Observatório do Meio Rural reserva-se o direito de publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode exceder as 20 páginas em letra Times New Roman, tamanho 11, espaço simples entre linhas, e margens de 3cm em toda a página (cima, baixo, lado esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra



Universidade Politécnica
A POLITÉCNICA

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 1011, Edifício da Reitoria, r/c

Maputo – Moçambique